



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PERÍCIAS DE LABORATÓRIO - SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF

PROJETO BÁSICO

**PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR DA POLÍCIA FEDERAL EM EVENTO DE
CAPACITAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N.º 08201.000339/2019-70 - RELACIONADO AO
PROCESSO
ADMINISTRATIVO SEI N.º 08201.000316/2019-65)**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de 01 (uma) vaga, visando à inscrição de servidor da Polícia Federal da área de perícia criminal no evento de capacitação promovido pela FORENSIC INTERNATIONAL NETWORK FOR EXPLOSIVES INVESTIGATION (FINEX), qual seja, o FORENSIC INTERNATIONAL NETWORK FOR EXPLOSIVES INVESTIGATION (FINEX) CONFERENCE 2019, conforme condições, quantidades, valores e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Benefícios da participação

A participação do requerente na ação de capacitação proposta é de elevada importância para o INC/DITEC/PF e demais unidades descentralizadas, pois tratará do que há de mais atualizado na área de análise de explosivos e resíduos de pós-explosão, permitindo, não somente, que o Perito consolide conhecimentos já adquiridos, se atualize e se aprofunde nessa área tão utilizada no seu cotidiano, mas, também, representa uma oportunidade única de participação em eventos de grande importância para a capacitação do perito e que viabiliza o estreitamento de relações interinstitucionais com uma das mais importantes instituições de ciências forenses da atualidade.

O Perito Criminal Federal Lúcio Paulo Lima Logrado, lotado no Serviço de Perícias de Laboratório (SEPLAB), atua diretamente na área de análises de explosivos e resíduos de pós-explosão há mais de 10 anos, tendo realizado análises em diversos casos de repercussão envolvendo ocorrências com explosivos, além de fazer parte do grupo responsável por essas análises em grandes eventos, como, por exemplo, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Além disso, é instrutor nas edições do "curso de coleta e análises de explosivos e resíduos de pós-explosão" que capacitam servidores policiais federais e estaduais nesta área.

Foi realizado também, com êxito, em junho de 2018, com a participação do referido Perito, o Teste de Proficiência em Análises Forenses de Explosivos (FAE – Round 5). Essa participação é de extrema importância para este SEPLAB, já que a análise de explosivos e resíduos de pós-explosão encontra-se inserida no Sistema de Gestão de Qualidade.

Por fim, esta conferência proporcionará que o SEPLAB esteja cada vez mais preparado para futuros exercícios de proficiência, e o Perito poderá continuar atuando como multiplicador destes conhecimentos para todas as unidades da Polícia Federal, bem como aperfeiçoar as técnicas utilizadas rotineiramente nas ocorrências envolvendo explosivos.

A natureza do serviço a ser contratado se enquadra no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria 4453/2014-DG/DPF, especificamente na Ação Estratégica "Gestão da Qualidade de Prova", no processo interno "Apresentar Excelência na Qualidade da Prova", haja vista que o aperfeiçoamento profissional nessa área promove a melhoria dos exames periciais e inovações nas técnicas e métodos empregados na perícia.

2.2. Descrição do evento

A conferência FINEX é reconhecida internacionalmente como a principal reunião profissional para todos os aspectos da investigação de explosivos forenses. A conferência oferece um fórum para intercâmbio internacional de informações de alta qualidade, incluindo apresentações orais e de pôsteres em pesquisas de ponta na área de detecção de explosivos forenses, casos forenses interessantes e importantes e questões de qualidade forense, permitindo o aperfeiçoamento profissional dos servidores envolvidos, tanto na questão da realização de exames periciais quanto na questão gerencial e de planejamento de unidades de criminalística, bem como estabelecimento de contatos profissionais de suma importância ao desenvolvimento futuro de novos exames periciais e ações continuadas de capacitação e qualificação da Perícia Criminal Federal.

A conferência incluirá apresentações orais e em pôster sobre todos os aspectos da investigação de explosivos, incluindo:

- a) Análise química pré e pós-explosão;
- b) Desenvolvimentos técnicos em metodologia forense;
- c) Pesquisas atuais;
- d) Estudos de casos forenses;
- e) Gestão da Qualidade.

3. DO EVENTO DE CAPACITAÇÃO

- 3.1. As características específicas do evento são as discriminadas abaixo:
- 3.2. O evento terá início em 22/05/2019 e finalizará em 24/05/2019.
- 3.3. O evento se realizará no Pólo Judicial da Gendarmaria Nacional (PJGN) - Cergy-Pontoise, França.
- 3.4. Título: FORENSIC INTERNATIONAL NETWORK FOR EXPLOSIVES INVESTIGATION (FINEX) CONFERENCE 2019.
- 3.5. Modalidade: Conferências, palestras, sessões coordenadas, palestras técnicas, workshops, apresentação de trabalho na forma de apresentação oral.
- 3.6. Valor da Inscrição: € 300,00.

4. DA ENTIDADE PROMOTORA

- 4.1. A FINEX é um Grupo de Trabalho de Especialistas em Explosivos, também conhecido como Rede Internacional Forense de Investigação de Explosivos, cujas atividades são direcionadas para uma série de áreas forenses relacionadas à investigação de explosivos, incluindo:
 - 4.1.1. Troca de informação e expertise;
 - 4.1.2. Suporte em questões técnicas;
 - 4.1.3. Promovendo garantia de qualidade, testes de proficiência e exercícios colaborativos;
 - 4.1.4. Harmonização das diretrizes da cena do crime, procedimentos de exame e métodos analíticos;
 - 4.1.5. Cooperação em projetos de pesquisa e desenvolvimento.
- 4.2. A rede FINEX destina-se a institutos governamentais que atuam no campo da investigação de explosivos forenses, incluindo:
 - 4.2.1. Investigação da cena do crime;
 - 4.2.2. Exame de evidências físicas (dispositivos explosivos improvisados ou detritos pós-explosão);
 - 4.2.3. Análises químicas;
 - 4.2.4. Redação de relatórios de especialistas e testemunho em tribunal como perito.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 5.1. A base legal da contratação direta para a participação de servidores em curso é o inciso II e o § 1º do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos.
- 5.2. A referida norma dispõe:

“Art. 25”. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”
- 5.3. Além disso, com relação ao caso concreto, consta no Acórdão 2616/2015 - Plenário do TCU trata do assunto no informativo de jurisprudência do TCU

A licitação "... é impossível justamente porque há dificuldade de comparação objetiva entre as propostas, que estão atreladas aos profissionais que executarão os trabalhos. Portanto, nesse tipo de objeto, resta caracterizada a discricionariedade na escolha do contratado (...) Essa é a melhor interpretação da Súmula 264 do TCU, de que a contratação de serviços por notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação"

5.4. O congresso em tela é um dos principais eventos sobre o assunto no mundo, sendo a entidade organizadora, a FINEX, amplamente reconhecida na comunidade de ciências forenses, estando portanto satisfeitos os critérios de notoriedade e especialização.

5.5. Com relação ao caráter singular do evento considera-se dois principais pontos:

5.6. Em primeiro lugar, não nos parece concebível licitar participação em congressos. Trata-se de eventos que divergem das capacitações convencionais principalmente por terem como pressuposto uma ampla participação da comunidade de interessados, resultado que não se pode obter em contratações de eventos privados.

5.7. Em paralelo à inviabilidade de realização em separado, existe a inviabilidade de comparação objetiva entre congressos. Conforme entendimento mais recente do Tribunal de Contas da União, expresso no Informativo de Jurisprudência nº 264, extraído do Acórdão nº 2616/2015-Plenário, a hipótese de inviabilidade de competição tratada no art. 25, inciso II, não decorreria do ineditismo ou raridade do serviço, mas "da própria notória especialização de seu executor", resultando na "impossibilidade de se fixar critérios objetivos de julgamento".

5.8. Assim, um congresso relevante muitas vezes é aquele que sempre traz palestrantes de peso, atrai um público de alto nível, propiciando questionamentos relevantes aos temas trazidos, e traz ao debate temas inovadores, para os quais ainda não existe bibliografia ou capacitações bem estabelecidos.

5.9. Tais qualidades se constata do histórico de edições anteriores do evento, mas não são passíveis de aferição prévia em tempo de licitação, tampouco viáveis de conversão em quesitos objetivos de fácil comparação.

5.10. Diante do cenário, entendemos adequado o enquadramento da aquisição na hipótese de inviabilidade de licitação prevista no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93.

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1. O valor da inscrição individual para o evento é € 300,00. O valor é compatível com outros eventos que, apesar de não serem passíveis de comparação direta, possuem temas relacionados e são comparáveis em termo de porte, infraestrutura necessária e excelência técnica:

| Evento | Local | Data | Duração | Valor total (€) | Valor por dia (€) | URL |
|--|-------------------------------|-------------------|---------------|-----------------|-------------------|---|
| FORENSIC INTERNATIONAL NETWORK FOR EXPLOSIVES INVESTIGATION (FINEX) CONFERENCE 2019 | Cergy-Pontoise, França | 22/05/2019 | 3 dias | 300,00 | 100,00 | https://finex2019.sciencesconf.org/ |
| 8 th European Academy of Forensic Science Conference (EAFS 2018) | Lyon/França | 27/08/2018 | 5 dias | 486,10 | 97,22 | https://www.eafs2018.eu/ |
| ICCAC 2019 - 21st International Conference on Chemometrics in Analytical Chemistry | Amsterdam/Holanda | 07/02/2019 | 2 dias | 460,00 | 230,00 | https://waset.org/conference/2019/02/amsterdam/ICCAC |
| American Chemical Society National Meeting | Orlando/EUA | 31/03/2019 | 5 dias | 760,00 | 152,00 | https://www.acs.org/content/acs/en/meetings/national-meeting.html |
| | | | | | | |

6.2. Salienta-se que o valor diário do evento proposto é compatível com outros eventos da mesma

relevância, porém com durações diferentes.

6.3. O valor das inscrições é anunciado pela internet publicamente e não existe necessidade de identificação do usuário para visualizá-lo, de forma que esse preço é ofertado igualmente para interessados no mundo inteiro, não havendo acréscimo ou decréscimo do valor nominal por se tratar da Polícia Federal.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega definitiva do objeto, após o devido atesto da nota fiscal e regular liquidação, dar-se-á o pagamento, a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.

7.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do serviço.

7.3. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa beneficiária, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art 29 da Lei n.º 8.666/93.

7.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria.

7.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

7.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa beneficiária não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela DITEC/DPF, entre a data referida no primeiro subitem do 'PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1 + IPCA/100)N/30 - 1] \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor a ser pago.

IPCA = Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

7.7. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

Brasília, 21 de dezembro de 2018.

LÚCIO PAULO LIMA LOGRADO

Perito Criminal Federal
SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF

APROVO o presente Projeto Básico, ratificando a importância do objeto para o desempenho das atividades desta Unidade e os elementos técnicos apresentados para fundamentar a contratação.

LUIZ SPRICIGO JUNIOR

Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **LÚCIO PAULO LIMA LOGRADO, Perito(a) Criminal Federal**, em 15/03/2019, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Diretor(a)**, em 18/03/2019, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10269799** e o código CRC **5A9CB89A**.